

“Carência de seis anos”

23 NOV 1984

por Cláudia Safatle
de Brasília

O próximo governo poderá ter tranquilidade na área externa se for bem-sucedida a nova tentativa dos atuais negociadores da dívida externa brasileira, que agora pretendem incluir mais um ingrediente na fase 3 da renegociação.

Trata-se de arrancar dos bancos privados internacionais um prazo de cinco a seis anos de carência, período no qual o Brasil não faria nenhum repagamento do principal, que poderá ser rolado por mais de catorze anos.

Desta armação depende a necessidade ou não de o

Pais ter de pedir dinheiro novo junto aos bancos privados nos próximos cinco ou seis anos. E há fortes indicações de que o formato da renegociação já passou pelo crivo do candidato à Presidência da República pela Aliança Democrática, Tancredo Neves.

Ontem, o ex-governador de Minas Gerais disse que aceita a postura dos ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas de não pedir dinheiro novo dos bancos em 1985, desde que “isso não implique redução de nossas reservas cambiais”, conforme relato do repórter Márcio Chaer. Na mesma entrevista, Tancredo Neves adiantou: “Não desejaria, nem reclamo, nem reivindicio (a participação nos termos da renegociação). Mas o assunto é de tal natureza que tomaremos conhecimento dela”.

O ministro da Fazenda, na nota oficial divulgada anteontem, deixara evidente que o candidato da Aliança Democrática e Paulo Maluf, do PDS, concordam com os entendimentos que estão feitos pelo atual governo na área externa. Falando depois a este jornal, ele não quis deixar transparecer que conta com apoio de ambos os candidatos para negociar, mas aconselhou: “Some os fatos”. Na mesma direção, o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, falando ontem em Belo Horizonte a Pedro Lobato, deste jornal, elogiou a competência do ministro Delfim Netto na condução da renegociação da dívida.

Essas diversas declarações, uma vez alinhavadas, soam como uma garantia aos bancos credores de que a futura gestão “não virará

a mesa”. Isto, entretanto, não é suficiente para tornar a negociação fácil. “Ela é difícil pela sua própria natureza”, assinalou o ministro da Fazenda, prevenido de que as dificuldades não se atêm à montagem do acordo com os bancos privados — num pacote superior a US\$ 49 bilhões se abranger os anos de 1985 a 1990 — mas passam também pelo Clube de Paris (onde se renegociam as dívidas de governo a governo).

Segundo Galvêas, o governo brasileiro somente sentará com o Clube de Paris após encerradas as negociações com os bancos privados e, mais do que estes, o Clube de Paris tem “uma posição dogmática de esperar o Fundo Monetário Internacional aprovar a programação para o ano que vem”.

O montante do principal a ser refinanciado junto ao Clube de Paris é de aproximadamente US\$ 5,7 bilhões, nos cálculos do ministro da Fazenda, envolvendo um acerto plurianual até 1990. Ao contrário dos dois anos anteriores

(1983 e 1984), quando se obteve a rolagem de uma parcela dos juros desse débito, é bastante provável que o Clube de Paris desta vez passe a cobrar os juros integrais.

As últimas simulações feitas pela Sepian para o balanço de pagamentos de 1985 a 1990 indicam que, se o prazo de carência envolver todos esses anos, o País não só prescindirá de dinheiro novo como também poderá, nos anos de 1987 a 1990, perder algo próximo a US\$ 300 milhões por ano em outros financiamentos e ainda assim sobreviver sem “new money”, mantendo reservas cambiais equivalentes a quatro meses de importações. E é essa mercadoria que o atual governo pretende vender aos bancos credores.

Se o esquema de carência não for aceito, ponderou uma fonte qualificada da Sepian a este jornal, a “história muda de figura” e o País terá de recorrer ao mercado financeiro internacional para saldar uma parcela do repagamento das amortizações. Mas não em 1985.